



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

**O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPELA DE SÃO
JOÃO BATISTA DO BAIRRO INDUSTRIAL EM ARACAJU-SE**

MILENA DE ALMEIDA SANTOS

**LARANJEIRAS – SE
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA**

**O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPELA DE SÃO
JOÃO BATISTA DO BAIRRO INDUSTRIAL EM ARACAJU-SE**

MILENA DE ALMEIDA SANTOS

Trabalho de conclusão de curso ao
Departamento de Museologia da Universidade
Federal de Sergipe como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Museologia

Orientadora: Prof.^a Msc. Sura Carmo

**LARANJEIRAS - SE
2019**

MILENA DE ALMEIDA SANTOS

**O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPELA DE SÃO
JOÃO BATISTA DO BAIRRO INDUSTRIAL EM ARACAJU-SE**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Msc. Sura Souza Carmo (Orientadora)
Departamento de Museologia – UFS

Prof^a Msc. Priscila Maria de Jesus (1^a leitora Crítica)
Departamento de Museologia – UFS

Msc. Thaís Vaz Sampaio de Almeida (2^a leitora crítica)
Bacharela em Museologia – MAX/UFS

AGRADECIMENTOS

A Ivanete Rodrigues de Almeida, minha mãe, que se desdobrou sozinha para me criar e garantir que eu pudesse estudar quando tudo pareceu sem rumo.

A minha orientadora Prof.^a Msc. Sura Carmo pela sua compreensão, motivação e todos os ensinamentos.

A todos os professores do Departamento de Museologia que contribuíram com minha formação profissional e pessoal, em especial, a Prof.^a Dr.^a Verônica Maria Meneses Nunes por incentivar o trabalho com o tema.

A banca, composta pela Prof.^a Msc. Priscila Maria de Jesus e pela museóloga e Msc. Thaís Vaz Sampaio de Almeida pelas contribuições.

Ao Professor Antônio Lindvaldo que se fez solícito em contribuir com a pesquisa.

Aos colegas de curso que contribuíram com as discussões dentro e fora de sala de aula.

Aos colegas de estágio que se tornaram amigos, em especial, Nathalia Thais Fontes Santos, Vilami Santos da Paixão e Laisa Ribeiro Trindade Almeida, sem vocês a experiência desse momento não teria sido tão enriquecedora.

A Ariane Naira M. Cruz, Luanna Maria Carneiro Galvão e Igor Silva Santos por estarem presentes compartilhando momentos tão importantes e contribuindo cada um à sua maneira com meu crescimento.

Ciente de que essa conclusão é apenas o início de um novo começo, sou grata a todos aqueles que passaram por essa trajetória e deixaram um pouco de si em mim me tornando diferente.

“As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com quem deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”

(Eduardo Galeano)

DEDICATÓRIA

Aos retirantes do nordeste que dedicaram suas vidas à procura de novas oportunidades e com isso construíram boa parte do Brasil, assim como para aqueles que ainda hoje se aventuram pelas selvas de pedra que se tornaram boa parte desse país. Aos trabalhadores do Bairro Industrial que contribuíram com essa pesquisa direta ou indiretamente e in memória de dona Francisca que acabou partindo no desenvolver desse trabalho. Meus sentimentos às amigas dela que compartilhavam a mesma residência, senhoras que dedicaram suas vidas ao trabalho na Fábrica Sergipe Industrial e que por conta da sensibilidade do ocorrido não pude conhecê-las mais de perto.

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de patrimonialização da Capela São João Batista, edifício pertencente ao antigo conjunto arquitetônico da Fábrica Sergipe industrial (SISA), localizada no bairro Industrial em Aracaju-SE. O bairro Industrial foi formado pela fundação de indústrias têxteis e criação de vilas operárias que possuíam como uma das formas de lazer a participação das atividades religiosas na igreja fundada pelos donos da SISA. A partir de um processo de gentrificação do bairro operário, a igreja foi ameaçada de destruição por causa de empreendimento privado, gerando forte comoção popular no bairro e no meio acadêmico. A pesquisa busca compreender como ocorreu a valorização do bem como patrimônio cultural em meio ao conflito de interesses entre a iniciativa privada e a comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio, Patrimonialização, Aracaju, Capela São João Batista.

ABSTRACT

The present work analyzes the patrimonialization process of the São João Batista Chapel, a building belonging to the former architectural group of the Sergipe Industrial Factory (SISA), located in the industrial district of Aracaju-SE. The Industrial district was formed by the foundation of textile industries and creation of workers' villages that had as one of the forms of leisure the participation of religious activities in the church founded by the owners of SISA. From a process of gentrification of the working-class neighborhood, the church was threatened with destruction because of a private enterprise, generating strong popular commotion in the neighborhood and the academic milieu. The research seeks to understand how the valorization of the good as cultural heritage happened in the middle of the conflict of interests between the private initiative and the community.

Key words: Patrimony, Patrimonialization, Aracaju, São João Batista Chapel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico E Artístico Nacional

MHN – Museu Histórico Nacional

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Secretaria de Patrimônio Artístico Nacional

S.P.A.N – Serviço de Patrimônio Artístico Nacional

DPHAN – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SISA- Fábrica Sergipe Industrial

CIAM- Congresso Internacional Arquitetura Moderna

SECULT- Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe

SEGOV- Secretaria Municipal de Governo

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01: Mapa da cidade de Aracaju em 1855 | 25 |
| Figura 02: Plano de Pirro..... | 27 |
| Figura 03: Vista da Fábrica Sergipe Industrial..... | 31 |
| Figura 04: Mapa da ocupação urbana | 33 |
| Figura 05: Mapa de delimitações dos Bairros | 34 |
| Figura 06: Fotografia aérea da Fábrica Sergipe Industrial em 2011 | 36 |
| Figura 07:Maquete do Aracaju Parque Shopping Center | 43 |
| Figura 08: Capela São João Batista | 44 |
| Figura 09: Área do Aracaju Parque Shopping, imagem de satélite..... | 45 |
| Figura 10: Imagem ilustrativa do shopping que ainda se encontra em construção..... | 47 |

Sumário:

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1. Breve panorama das políticas patrimoniais no Brasil | 14 |
| 1.1 Aspectos influenciadores | 14 |
| 1.2 Brasil no quadro das políticas patrimoniais..... | 16 |
| 1.3 Breve considerações sobre processos de patrimonialização e musealização | 21 |
| 2. A CIDADE DE ARACAJU E O BAIRRO INDUSTRIAL | 25 |
| 2.1 Processo de formação de Aracaju..... | 25 |
| 2.2 Entendendo o Bairro Industrial partir dos “Corumbas” | 29 |
| 3. CAPELA SÃO JOÃO BATISTA: PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO | 36 |
| 3.1 Motivações para a desativação da Fábrica e estratégias de combate a destruição: | 38 |
| 3.2 Processo de recomposição: Capela São João Batista sendo incorporada a um novo contexto | 46 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: | 49 |
| REFERÊNCIAS..... | 50 |

INTRODUÇÃO

A cidade de Aracaju é uma capital que possui um patrimônio edificado nos séculos XIX e XX. Com uma arquitetura que possui como característica o Ecletismo, a cidade de Aracaju ainda possui edifícios representativos do início da República. O bairro Industrial, formado por fábricas e vilas operárias, tem um exemplar significativo da arquitetura do período: uma capela que era utilizada pelos operários, um exemplar de edifício eclético com elementos neogótico construído para uso popular.

O foco da pesquisa está relacionado a participação popular na valorização de um patrimônio que corria o risco de ser demolido. A Capela de São João Batista do bairro Industrial, a partir da ação dos moradores, resistiu a destruição das antigas instalações da Fábrica Sergipe Industrial para a construção de um empreendimento privado. Situada no mesmo terreno, a igreja sustentou-se de pé graças a população que lutou contra a sua destruição.

A metodologia da pesquisa inicialmente compreendeu o levantamento bibliográfico sobre patrimônio, patrimonialização, história de Aracaju e do bairro Industrial. E em um segundo momento a busca em arquivos por jornais que relatassem os problemas enfrentados pela população ao lutar pela não destruição da capela. E por fim, o uso de entrevistas e questionários para compreender o processo de patrimonialização e a participação da população aracajuana, em especial, do bairro Industrial.

A monografia está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos trabalhar a temática de modo que demonstre como se estabeleceu a institucionalização do Patrimônio no Brasil, causas, relevância e influências ao longo do século XX. Foi evidenciado a trajetória do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pela importância que o mesmo tem como órgão fiscalizador e promotor de ações de salvaguarda. Para que se faça possível compreender o processo de Patrimonialização de um espaço é necessário primeiro entender do que trata a palavra patrimônio, produto do processo, além das suas facetas expressas pelas definições que lhes são atribuídas

No segundo capítulo, para estreitarmos o conhecimento sobre o tema, é preciso que haja um entendimento sobre a própria cidade de Aracaju e quais são as condições que acabam fazendo com que, tanto a Fábrica Sergipe industrial seja implantada naquele ambiente

quanto influencia no desenvolvimento do Bairro. A criação da Fábrica Sergipe Industrial e o desenvolvimento do bairro estão entrelaçados em um processo de “cooperação”, quanto mais a Fábrica se desenvolve mais o Bairro amplia seu crescimento e contribui com a economia de Aracaju.

No terceiro capítulo, procuramos entender como se inicia o processo de patrimonialização que tem como resultado a elevação da Capela São João Batista como Patrimônio Cultural do Estado de Sergipe. O texto procura evidenciar os principais marcos do processo de patrimonialização que partiu da vontade popular que culminando no estabelecimento de um decreto. A trajetória da valorização é apresentada a partir de entrevistas com sujeitos envolvidos na abertura do processo de solicitação do procedimento de tombamento do espaço, consultas a arquivos que tenham a documentação referente ao tema e na aplicação de questionários para conhecer uma parcela da população no intuito de visualizar o nível de pertencimento dos mesmos com o espaço.

1. Breve panorama das políticas patrimoniais no Brasil

Em quase cem anos o Brasil iniciou e ampliou a sua forma de pensar o patrimônio cultural. Através da ação de intelectuais de diferentes visões ideológicas e políticas de governo, elementos da cultura brasileira foram eleitos como patrimônio. A trajetória da valorização do patrimônio brasileiro enfrentou diversos desafios, desde a ampliação do conceito de patrimônio e dos bens valorizados até questões que envolvem investimento do Estado em Cultura e a participação popular. Neste capítulo iremos tratar dos aspectos influenciadores das políticas patrimoniais no Brasil, sua trajetória que se inicia com a criação do SPHAN e a apresentação de conceitos como de patrimônio, patrimônio cultural, patrimonialização e musealização.

1.1 Aspectos influenciadores

Para compreender as políticas patrimoniais adotadas no Brasil ao longo de décadas, é necessário primeiramente entender de onde emanam as concepções que influenciaram os intelectuais brasileiros durante a construção desses ideais e procedimentos técnicos, no que tange o cenário da preservação do patrimônio nacional.

Nesse sentido, somos direcionados a visualizar a narrativa da preservação do patrimônio no Brasil com um panorama ocidental, em especial, na França, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Françoise Choay (2006) traça, sobre a valorização francesa do patrimônio, a trajetória que o patrimônio percorre em meio a contradições e desafios desde a Antiguidade até se estabelecer por meios institucionais que serviriam como legitimadores de sua salvaguarda. Destacam-se na valorização do patrimônio francês dois marcos históricos: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Tais acontecimentos têm suas devidas contribuições para as discussões em relação ao patrimônio, justamente por envolverem, no primeiro caso, aspectos que acabaram trazendo em voga o nacionalismo, ferramenta utilizada como perfil ideológico no combate à destruição dos monumentos e, no segundo, a reformulação dos centros urbanos e uma adequação a um novo sistema de produção, fazendo com que as cidades de centralidade econômica tivessem suas estruturas modificadas para serem adaptadas às indústrias e seus modos de funcionamento.

Mas como um povo que se encontrava em situação de extrema miséria teria a pretensão de proteger bens com os quais não mantinham relação de pertencimento, sendo que o que lhes faltava era essencial para sua própria sobrevivência? Diante disso, a derrubada da monarquia Francesa sobre o lema “Liberté, Egalité, Fraternité” (Liberdade, igualdade e fraternidade) se apresentava como ideal na construção de um “novo mundo”, o que durante muito tempo acreditava-se ser equivalente à destruição do antigo, à depredação, à negativa e ao anseio de romper com todas as relações exercidas com o passado. Para Françoise Choay:

A interpretação de D. Hermant tem o mérito de romper com as explicações dos historiadores clássicos da Revolução. A seu ver, os “atos de destruição republicanos” devem-se à iniciativa da opinião pública, e ele os considera “o esboço de uma linguagem autenticamente revolucionária e popular”: tratar-se-ia de acabar com uma cultura elitista e substituí-la pela dinâmica de uma cultura igualitária (CHOAY, 2006, p.110)

Deste modo, segundo Choay, foram executadas ações controversas de grupos distintos que governavam o país naquele momento, através das quais alguns prezavam pelos valores cognitivos, econômicos e artísticos que poderiam estar investidos aos bens reconhecidos como antiguidades, enquanto outros se baseavam sobre a mesma premissa para justificar a ruptura com os mesmos – símbolos de um governo dilapidador do povo. As diferentes fases na Revolução Francesa são emblemáticas neste processo, pois à medida em que os grupos se alternavam no poder, havia uma ruptura significativa na forma de se pensar os monumentos históricos, sendo um período para Robespierre considerado emblemático pela destruição de monumentos históricos. Tal problemática, aos poucos, seria trabalhada para a construção de um discurso nacionalista de valorização dos bens desassociados de suas funções originais para cumprir um outro papel, uma função simbólica, algo que poderia ser recorrido para tratar sobre outros assuntos além do que a ele estava estritamente ligado.

Essas discussões percorrem um curso que na década de 30 do século XIX encontram um mediador: segundo Choay, houve a criação do cargo de inspetor geral de monumentos históricos da França, função responsável por reunir em si a tutela dos bens no Estado, proposto por Guizot. A criação de tal cargo e as políticas implementadas nos anos seguintes de conservação e restauração dos monumentos franceses demarcam um século de diferença em relação as práticas patrimoniais institucionalizadas no Brasil.

1.2 Brasil no quadro das políticas patrimoniais

Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros passavam por um processo de invenção da identidade nacional. Buscava-se, dessa maneira, a essência do país, o que definiria suas características como nação, tanto na esfera artística, referenciando o estilo Colonial, quanto no viés histórico sobre as peculiaridades da colonização e o fruto da mistura entre os povos.

Em 1922 acontece *A Semana de Arte Moderna*, evento responsável por lançar internacionalmente o movimento modernista brasileiro que dentre suas características principais estava a valorização de elementos da cultura nacional. No mesmo ano foi criado o Museu Histórico Nacional em comemoração ao centenário de Independência do Brasil, ação promovida pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa, tendo como diretor da instituição Gustavo Barroso, personagem significativo na trajetória das políticas patrimoniais no Brasil. (MAGALHÃES, 2017, p.03).

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959) foi um dos intelectuais do início do século XX que se empenhou na construção do patriotismo Brasileiro. Nesse momento para Aline Magalhães, haviam duas linhas hegemônicas de pensamento sendo seguidas, a primeira teria um discurso mais conservador aliado ao saudosismo monarca e a segunda buscava a exaltação da República e como a concretude desse novo regime teria trazido benefícios à nação. Ambas tinham um objetivo em comum mesmo sendo opositoras: estabelecer quais seriam as características que demarcariam a autenticidade nacional. (MAGALHÃES, 2017, p.203).

De acordo com Aline Magalhães (p.243-244), Gustavo Barroso, durante a década de 1920, escreveu diversos textos publicados em jornais ressaltando a importância de se preservar o patrimônio brasileiro e participou voluntariamente como fiscal de intervenções de restauração entre os anos de 1928 a 1930, em Ouro Preto, durante a gestão de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946), então presidente de do Estado de Minas Gerais. Entretanto, o cearense não foi o único a pensar na valorização dos monumentos nacionais, pois tivemos alguns deputados preocupados com o patrimônio. De acordo com Magalhães:

Na esfera federal, quatro projetos de lei foram enviados ao Congresso, com vistas a normatizar o controle e a proteção do patrimônio sob administração

do Estado, mas não chegaram a ser votados: o de autoria de Alberto Childe, voltado para a defesa do patrimônio arqueológico, em 1920; outro elaborado pelo deputado federal pernambucano Luís Cedro, em 1923; o do deputado federal por Minas Gerais Augusto de Lima, em 1924 – este específico para proibir a “saída de obras de arte retrospectiva do país”⁸⁵ – e, finalmente, o que foi escrito pelo deputado federal baiano José Wanderley de Araújo Pinho, em 1930 (MAGALHÃES, 2017, p.252)

Barroso pertencia a tendência que cultivava uma admiração extrema à monarquia e, por declarar apoio a esse pensamento, talvez tenha tido como resultado seu afastado do cargo que ocupava no ano de 1930, retornando em 1932. Nesse intervalo de tempo, Rodolfo Garcia esteve à frente do Museu Histórico Nacional (1930-1932) e toma a iniciativa de construir um projeto através do qual solicita a criação de um departamento de inspeção de monumentos (não sendo atendido). Quando Gustavo Barroso assume novamente a diretoria, cria o curso de Museus dentro do Museu Histórico Nacional (MHN) seguindo, deste modo, as práticas que vinha desenvolvendo durante sua carreira (MAGALHÃES, 2017, p.252)

Em meio aos debates construídos pelos intelectuais na década anterior, Getúlio Vargas assina o decreto federal nº. 22.928, de 12 de julho de 1933 a fim de preservar a malha urbana da antiga capital de Minas Gerais. Ouro Preto é erigida como monumento nacional por suas características arquitetônicas, atendendo aos pedidos dos dois grupos que defendiam, por motivações diferentes, a preservação da cidade. Para o grupo dos modernistas o aspecto colonial da cidade era uma herança a ser preservada, ao mesmo tempo que para o grupo de Barroso a cidade teria um elevado valor por estar relacionada à inconfidência mineira. Independente da leitura, Ouro Preto foi eleita a partir daquele momento como símbolo Nacional. (MAGALHÃES, 2017, p. 251)

Em novembro do mesmo ano acontece o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) com o propósito de fomentar discussões sobre como se deram as formações das cidades, trazendo uma perspectiva histórica e se voltando para análise sobre a construção da vida social humana. Trata também de como as interações entre a população geram os núcleos das cidades, levantando questões que as caracterizavam, os problemas que estavam sendo enfrentados nas primeiras décadas do século XX e como deveriam ser trabalhadas ações relativas às transformações desses meios urbanos para que elas acontecessem de maneira digna em respeito à população e aos bens patrimoniais.

Os bens patrimoniais no século XX, assim como em outros momentos da história, se encontravam em contínua ameaça de destruição como resultado da rapidez em que as mudanças ocorriam (Carta de Atenas, 1933), servindo a discussão como meio também de estabelecer o compromisso em busca de uma harmonia entre o presente em constante mutação e um passado com o qual era necessário tomar os devidos cuidados para manter seus suportes documentais materializados nas mais diferentes estruturas. A Carta de Atenas, como outras cartas patrimoniais, influenciou significativamente as políticas adotadas no Brasil nas primeiras ações de preservação do patrimônio na década de 1930, possibilitando compreender como outros países estavam reagindo às transformações que a sociedade de maneira geral estava enfrentando (CIAM, 1933).

No ano de 1934, de acordo com Aline Magalhães (MAGALHÃES, 2017, p.254), Gustavo Barroso retoma o projeto iniciado por Rodolfo Garcia durante sua ausência e, por sua vez, obtém êxito em seu pedido. Nasce então a Inspetoria de Monumentos Nacionais, aprovada por Washington F. Pires, Ministro da Educação e Saúde Pública, no decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, constando em um dos subitens do novo regulamento do Museu Histórico Nacional, sendo subordinada ao MHN e fundamentada no objetivo de tornar as ações preservacionistas uniformes a nível nacional, levando em consideração que alguns estados já haviam desenvolvido suas próprias legislações relativas ao tema.

Segundo Aline Monteiro Magalhães a Inspetoria de Monumentos Nacionais começa a ser atuante no ano de 1935 compondo a equipe “Gustavo Barroso como inspetor, Epaminondas de Macêdo como engenheiro e Angyone Costa como conservador que já estava lotado no Museu Histórico Nacional e que respondia na ausência de Barroso”, sendo estes atuantes em uma série de procedimentos na cidade de Ouro Preto (2017, p.263). Porém, em 1937, a Inspetoria fecha suas portas e sendo logo mais substituída pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) estabelecido a partir do decreto-lei nº25.

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, trata das competências do serviço, define quais atribuições da União para com esse patrimônio nacional, sendo eles distribuídos entre 4 livros, sendo eles: livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico, livro de tombo de histórico, livro de tombo das belas-artes, livro de tombo das artes aplicadas, além das competências dos demais Estados e Municípios.

Gustavo Barroso desta maneira foi retirado da autoridade que ele tinha promovido a si mesmo no cenário patrimonial em respeito a legitimidade que era atribuída às suas escolhas por vias institucionais, tornando a gerir somente o Museu Histórico Nacional, cargo que ocupou até o fim de sua vida.

É importante salientar que o SPHAN não surge do nada para ocupar o espaço de principal órgão de proteção do patrimônio brasileiro com o objetivo de promover e fiscalizar ações preservacionistas. De acordo com Cecília Fonseca (2000), a criação do SPHAN resulta do envolvimento de vários personagens vinculados ao movimento modernista e que tiveram espaço no governo Getúlio Vargas, sobretudo, durante o Estado Novo. Os mesmos faziam parte do grupo que se opusera aos ideais políticos dos quais Gustavo Barroso compartilhava e dedicava boa parte do seu tempo, como a postura adotada a frente da Inspetoria de Monumentos Nacionais a participação no movimento integralista, posicionamento que possivelmente tenha sido responsável pelo seu afastamento da atividade que realizava.

Uma personalidade de destaque foi Gustavo Capanema (1900 -1985), que durante os anos de 1934 a 1945 ocupou o cargo de Ministro da Educação e Saúde, desenvolvendo atividades que pudessem contribuir para o combate às ações que o tempo, em conjunto com outros agentes da modernização, estaria desprendendo em relação ao patrimônio, tendo em vista que:

A intensa urbanização que ocorreu no Brasil, no início deste século, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo e, depois, em algumas capitais estaduais provocou a destruição de parte considerável dos acervos culturais das cidades (MAGALHÃES, 1980, p. 18)

Por causa da crescente industrialização do país e crescimento das cidades foi necessário considerar as perdas que estavam por vir, culminando na demanda encaminhada a Mario de Andrade por Gustavo Capanema de elaborar um anteprojeto para discriminar qual o papel que esse possível serviço federal teria na preservação dos monumentos históricos, a partir da criação de critérios que deveriam ser cumpridos e fixados para executar intervenções, além do que estaria envolvido em seu caráter de funcionamento.

Mario de Andrade, que naquele momento desempenhava a função de diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, aceitou o convite e produz um anteprojeto cujo conteúdo continha a mescla entre as experiências de outros países que já se

encontravam formulando pensamentos sobre as perspectivas patrimoniais, e as peculiaridades que eram específicas do Brasil” (MAGALHÃES, 1980, p.13), denominando o possível órgão de S.P.A.N (Serviço de Patrimônio Artístico Nacional). Mario de Andrade se apresenta, naquele momento, como um homem à frente do seu tempo quanto ao pensamento voltado às políticas preservacionistas, com a pretensão de valorizar aspectos que hoje reconheceríamos como elementos pertencentes a concepção de Patrimônio Cultural. Segundo Márcia Chuva:

Mario de Andrade introduziu ideias fecundas acerca da cultura brasileira e das políticas públicas para a sua preservação, as quais se tornaram balizas que inspiraram o pensamento brasileiro em certos domínios da cultura – tanto aquele que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional com bens materiais (arquitetônicos; objetos de arte; conjuntos urbanos), quanto aquele que se interessava pelas práticas cotidianas ou extraordinárias, celebrações e ritos, manifestações de arte. Seu idealismo, sua produção intelectual e sua capacidade de execução – apesar da morte prematura, em 1945 – legaram aos brasileiros um vastíssimo território semeado por seu pensamento criativo, cheio de paixão e vivacidade, que não envelheceu com o tempo. (CHUVA, 2012, p.152)

O anteprojeto de Mário de Andrade, em 1936, trouxe elementos que até na composição do conjunto de palavras que o nomeia não foi seguido ao pé da letra, embora tenha sido um referencial empregado para firmar o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, colocado na ativa em primeira instância de maneira experimental, ainda no ano de 1936 (MAGALHÃES, 1980, p.14), enquanto a Inspetoria de Monumentos Nacionais estava em pleno funcionamento, para depois tomar proporções que garantiram sua permanência, como é possível concluir a partir do que já foi explanado ao longo da narrativa.

De acordo com Aloísio Magalhães (1980), Gustavo Capanema, recorrendo a outros intelectuais modernistas Brasileiros e ainda seguindo as contribuições da figura de Mario de Andrade, nomeia Rodrigo de Melo Franco para cumprir a tarefa de dirigir e elaborar concepções sobre o órgão, confiando-lhe atribuições que executou ao longo de 30 anos de sua vida.

O Anteprojeto de Mario de Andrade teve caráter de alternativa ao pensamento tradicionalista que foi estabelecido no SPHAN ao longo das décadas, o que é evidenciado a partir principalmente da “fase heroica” (MAGALHÃES, 1980, p.17), momento em que, contando com a direção de Rodrigo de Melo Franco, houve um grande número de tombamentos de estruturas de pedra e cal, declarando desse modo seu perfil como instituição.

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) acaba se tornando, em 1946, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) para só depois, na gestão de Renato Soeiro, a partir do decreto-lei nº 66.967, de 27 de julho de 1970, se firmar como conhecemos atualmente, passando a desempenhar a função de Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (MAGALHÃES, 1980.p.15-19). O órgão experienciou reinvenções, como podemos ver que:

Em 1979, sob a direção de Aloísio Magalhães, o Iphan passou por grandes transformações e teve seu quadro profissional ampliado. O instituto foi transformado em Secretária, a Sphan, foi criada a Pró-Memória, com estrutura capaz de tornar os trabalhos da secretária mais ágeis. (MOTA, 2012 p.256)

A ampliação e a busca por equidade nas ações de preservação do patrimônio no Brasil têm sido buscadas pelo IPHAN a partir da criação do instrumento de ação, em agosto de 2000: o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. De acordo com Paula Porta o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial do IPHAN:

[...] tem como orientação a abordagem das expressões culturais no contexto social e territorial em que se desenvolvem. Isso requer a atenção com as condições sociais, materiais e ambientais que permitem sua realização e reprodução. Diversamente do modelo asiático, inspirador da política adotada por alguns estados brasileiros, a política federal de salvaguarda não é centrada na figura dos mestres e sim nas comunidades e no território em que atuam (Porta,2012, p.34)

A partir dos anos 2000, o IPHAN tem duas maneiras distintas de realizar a salvaguarda do patrimônio: o tombamento do patrimônio material e o registro do patrimônio imaterial. A página eletrônica do IPHAN disponibiliza todos os bens tombados e registrados até o momento, sendo os tombados, da arquitetura colonial luso-brasileira, predominantes.

Daqui por diante, entendendo ter disponibilizado um breve arcabouço sobre a trajetória que deu solidez ao pensamento voltado ao patrimônio no Brasil, é necessário se debruçar sobre as conceituações envolvidas com esse campo para compreender mais a fundo algumas das problemáticas em que a pesquisa está envolvida.

1.3 Breve apanhado sobre processos de patrimonialização e musealização

O objetivo de ter esboçado o conteúdo trazendo uma linha temporal é de demarcar, basicamente, a partir de quais elementos e motivações os monumentos históricos

tornam-se patrimonializados no Brasil. Os processos institucionais são ferramentas utilizadas com a potencialidade de garantir a sobrevivência do elemento (objeto por inteiro como foi concebido para suas funções de uso) a ser preservado ou ao menos assegurar a permanência de fragmentos (vestígios do que sobrou de um conjunto) que a eles estavam ligados.

Torná-los legitimados como patrimônio levanta critérios de seletividade, de escolha por questões políticas, culturais e econômicas; parafraseando a reflexão trazida em “Memória, Patrimônio e Literatura Fantástica: Em busca de diálogos”, que trabalha “Funes, o memorioso” de Borges: já que “não se pode guardar tudo”, cabe a nós questionarmos as motivações desses critérios, somados às discussões atreladas as mais diversas ações que despertem o interesse da existência ou não desse bem. (FERNANDES, 2016, p.05)

Por isso, nesse momento, é indispensável trabalhar os conceitos para compreender sua aplicabilidade e nuances, buscamos apresentar a definição de três termos essenciais para o conteúdo que será trazido mais a frente, por neles estarem expressos significados que trazem centralidade à pesquisa, entendendo patrimonialização como processo, o patrimônio como produto das práticas mas também como início, e a musealização como um possível resultado ou até mesmo um horizonte que muitas vezes é objeto de desejo nos ressignificados que podem ser adotados.

Apresentamos a definição da palavra Patrimônio, do latim *patrimonium*, em primeiro momento por nela estar inserido o início de toda a narrativa já expressa, essa qualificação:

designava, no direito romano, o conjunto de bens reunidos pela sucessão: bens que descendem, segundo as leis, dos pais e mães aos seus filhos ou bens de família, assim definidos em oposição aos bens adquiridos (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.73).

Patrimônio, em sua etimologia, pode ser visualizado da maneira mais simples como herança, sendo a ele, ao longo dos anos, complementada uma série de classificações, a qual pode ser entendida pelo viés financeiro, biológico, cultural e etc. Na leitura de Sandra Siqueira da Silva (2012), o patrimônio estaria ligado a “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade situadas no tempo e no espaço”, demonstrando a dimensão em que está inserido o uso da denominação e em como ela pode ser compreendida.

Nos últimos anos, os estudos acerca do patrimônio têm buscado realizar diferentes análises, assimilações, usos e entendimentos procurando evidenciar a abundância de significados que os patrimônios ecoam, ou seja, os conceitos de patrimônio são polissêmicos. Françoise Choay apresenta uma definição bastante abrangente de patrimônio:

Patrimônio histórico. A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos (CHOAY, 2011, p.11)

Enquanto Sandra Siqueira da Silva traz uma abordagem onde evidencia o papel no aspecto cultural que o patrimônio assume: O patrimônio cultural nos remete às questões relacionadas com a identidade, a memória, a coletividade e a herança. Este é delimitado em duas categorias: a de natureza material e de natureza imaterial. (SIQUEIRA, 2012, p. 158)

É importante ressaltar então que a palavra patrimônio e sua empregabilidade existem muito antes da criação do processo que o legitima por vias institucionais, a patrimonialização do patrimônio é entendida por Rita Cruz como (2012):

patrimonialização do patrimônio” é, portanto, um movimento datado historicamente, cujo início remonta à Revolução Francesa e à tomada de decisão, pelo então novo governo francês, da necessidade de intervenção do Estado com vistas à proteção de seu patrimônio material, incluindo-se edifícios e obras de arte (CRUZ, 2012, p.96)

Priscila de Jesus apresenta uma definição clássica de patrimonialização vinculada a ação de se preservar um bem para a posteridade. Para a autora *patrimonialização* “está relacionada diretamente com a preservação de um objeto para a sua manutenção para uma determinada sociedade, inserida em uma relação dual de espaço/tempo”. (JESUS, 2014, p.04).

Dessa forma, a patrimonialização, pode ser compreendida como mecanismo utilizado como catalizador de uma gama de estratégias voltadas à preservação não só do bem em sua materialidade, mas também dos costumes que o envolvem, assim como das identidades daqueles que têm com o ambiente uma relação de pertencimento. Essas estratégias teriam como respaldo as legislações, que por sua vez garantiriam a tutela do objeto, espaço ou práticas por meio do Estado, sendo esse representativo de um indivíduo ou

voltado para a coletividade, finalidades que despertam muitas questões sobre a quais interesses o Estado serve.

Nessa ideia de procedimento estaria investida a ação de retirar os objetos das perspectivas de funções somente usuais, para que os itens lidos como patrimônio sejam valorizados como tal (econômica e simbolicamente), fixando-os com o status de representação, estando eles inseridos no contexto do qual o mesmo um dia esteve ou está incorporado. Quaisquer que sejam as circunstâncias que justifiquem o ato da patrimonialização teriam a potencialidade de tornar uma mera edificação criada para funções ordinárias, por exemplo, em um símbolo. Sobre a legitimação de um patrimônio Priscila de Jesus salienta que:

É importante destacar que muitas vezes o processo de patrimonialização se confunde com o de musealização e, dentro disso, devemos atentar que ambos não se desenvolvem de maneira igual, mas que podem ser trabalhados de maneira que se complementem. De acordo com André Desvallés e François Mairesse (2013) musealização:

...designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo. A expressão “patrimonialização” descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.56-57).

Temos na patrimonialização um procedimento mais amplo quanto aos objetos que são acrescentados à aplicação dessa terminologia, já na musealização trazemos uma abordagem um pouco distinta, com suas especificidades. Por isso há necessidade de explicitar como os processos de musealização se realizam. Para Desvallés e Mairesse:

A musealização começa com uma etapa de separação (Malraux, 1951) ou de suspensão (Déotte, 1986): os objetos ou as coisas (objetos autênticos) são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam. Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade (...)
(...)É por essa razão que musealização como processo científico, compreende necessariamente o conjunto das atividades do museu: um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo que se tornou musealia.”(DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.57/58).

Sendo assim, a “Musealização” significa conceitual e, usualmente, também a transferência física de objetos do “contexto primário” para o “contexto museológico”. “Musealidade” se refere aos sentidos atribuídos aos objetos que são a causa do processo de musealização, ou que são o resultado desse processo (MENSCH, 2004, p.06 apud LIMA)

Explinar as delimitações de cada um desses termos tem o propósito de auxiliar basicamente na compreensão do que se trata o objeto de estudo. A tentativa de abordar as complexidades nas quais ele se envolve traz como um dos principais motes o processo de patrimonialização.

Seguindo questionamentos sobre a presença ou ausência do processo de musealização, podemos elencar problemáticas extremamente importantes para o entendimento das relações que se dão por meio do Patrimônio e das práticas que podem ser desenvolvidas a partir dele, levando em consideração principalmente o meio no qual o mesmo está inserido e os agentes externos que se valem das relações econômicas para intermediarem os resultados no jogo entre a memória e o esquecimento.

2. A CIDADE DE ARACAJU E O BAIRRO INDUSTRIAL

Neste capítulo iremos abordar a fundação da cidade de Aracaju e as motivações da escolha para se tornar a nova capital da província de Sergipe d’El Rey e as características da formação do bairro Industrial, onde se localiza o foco desta pesquisa.

2.1. Processo de formação de Aracaju

Antes de nos debruçarmos sobre as relações simbólicas e materiais exercidas a partir da Fábrica Sergipe Industrial é necessário entender alguns processos, incluindo a história da própria cidade de Aracaju, como o cenário mais ampliado para em seguida tratar da formação do bairro Industrial – palco essencial para o entendimento sobre as relações dispostas entre a comunidade e as indústrias têxteis, em um ambiente de vivências, trabalho, cultura e memórias.

açúcar ao ano, dominado o mercado, enquanto que a do Vaza-Barris, onde estava situada São Cristóvão, só exportava 2.000 caixas (DINIZ, 2009, p.71). Comparativamente a região do rio Contiguiba e do Vaza-Barris, a área da capital Aracaju que era “praticamente desabitada daria lugar a uma cidade planejada, totalmente a ser construída, tendo apenas uns pequenos povoados próximos” (DINIZ, 2009, p.72)

A mudança da capital para Aracaju foi repleta de conflitos. O historiador Felisbello Freyre, dedicou algumas páginas, em 1981, a relatar a mudança como um grande equívoco através no enaltecimento da cidade de São Cristóvão em detrimento do local escolhido para a nova capital. A sua posição contrária revela-se no seguinte trecho:

E é para admirar-se que a deliberação da administração não, recuasse perante a grande somma de interesses particulares que o acto da mudança ia prejudicar, retirando a vida oficial de uma cidade secular, situada em excellent local, de excelentes lagoas, de saborosas fructas, de abundancia de alimento, rodeada de 200 sítios de pequena lavoura, com um município de 43 engenhos, 11 alambiques, 12 fazendas de criação de gado, de ricos e bellos edifícios, de clima ameno, para ir atiral-a ás praias de Aracaju, onde intenta edificar, de uma noute para o dia, nova cidade, sobre um solo arenoso, que em recentes períodos geologicos servia de leito do Contiguiba, e que por isso não pode offerecer base suficiente para grandes e largas edificações. A falta de habitações era absoluta (FREIRE, 2013, p.370)

A partir do decreto de nº 413 de 17 de março de 1855, Inácio Joaquim Barbosa, então presidente de província, faz com que a cidade de São Cristóvão deixe seu posto de capital da província de Sergipe del Rey para ceder a titulação e transferir as funções cabíveis à capital para Aracaju, território situado às margens do Rio Sergipe (FRANÇA, 2005, p.53). Barbosa, pouco depois do ato, de acordo com Freire, morreu de “febre palustre”, sendo “victima de sua ousadia” (FREIRE, 2013, p.370).

Entretanto, não foi uma tarefa fácil a criação de uma nova capital. As terras que formam Aracaju eram praias e mangues na foz de dois rios: o Sergipe e o Poxim. Desta maneira, seria fundamental pensar meios que contribuíssem para o estabelecimento de necessidades básicas para o processo de formação de Aracaju, que segundo José Walter Teles Chou:

A princípio, para que tornasse possível a construção da cidade, foram necessários muitos aterros que viabilizassem a implantação das primeiras quadras do plano ortogonal projetado pelos engenheiros Sebastião José Basílio Pirro e Pereira Silva. A este plano ortogonal de 32 quadras

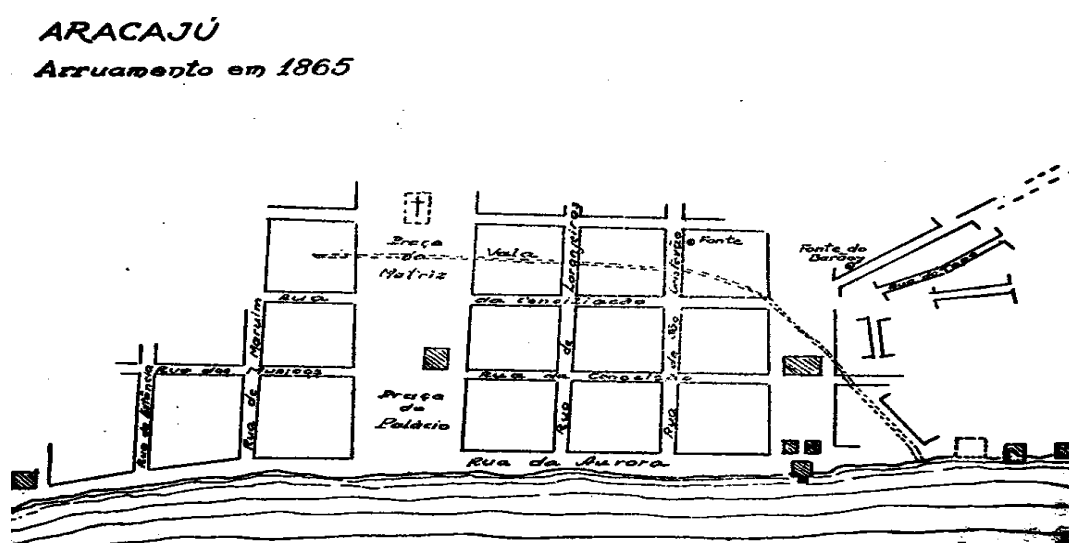
denominamos de “Plano de Pirro”, chamado comumente, também como “Tabuleiro de Xadrez” (CHOU, 2005, p.53).

Aracaju segue deste modo o perfil de outras cidades projetadas, vislumbrando um ideal de modernização para dar respostas às necessidades que vinham sendo colocadas, principalmente no aspecto administrativo. E justamente por isso, José Chou afirma que:

A cidade teria como maioria dos habitantes funcionários públicos e comerciantes concentrados nas proximidades da região portuária. Naquele período em Aracaju não existiam rede de esgotos ou água encanada. Percebemos que a imagem de modernidade, ostentada em Aracaju por ter sido “planejada” não condizia a uma qualidade de vida aos habitantes locais naquele período (CHOU, 2005, p.54)

²Para Vera Lúcia A. França além dos problemas de infraestrutura relacionados ao relevo e vegetação, Aracaju ainda enfrentava questões decorrentes da falta de investimento (FRANÇA, 2005, p.95). Outros pontos que, segundo ela, implicaram, naquele momento, no desenvolvimento da cidade foram aspectos de segregação sócio-espacial, um exemplo disso foi expresso por via do decreto de nº 458, de 3 de setembro de 1856 que tratava sobre as condições mínimas para que se fosse possível edificar no Plano de Pirro, delimitando a tipologia das construções, consequentemente marginalizando a população mais pobre e o povo escravizado recém liberto que, atrás de novas possibilidades de trabalho, passa a ocupar os espaços que lhe restava, de acordo com os recursos que tivera.

Figura 02: Plano de Pirro



² Fonte: Revista Aracaju nº02, 1944.

2.2. Entendendo o Bairro Industrial a partir dos “Corumbas”

O Brasil de maneira comparada com outros países, apesar de ser um grande produtor de algodão no século XIX, se industrializou tardiamente. De acordo com Thayse de Jesus, a indústria têxtil “foi pioneira no processo de industrialização do Brasil, que teve início em meados do século XIX”, surgindo, anteriormente, “algumas manufaturas têxteis ainda no período colonial” JESUS, 2011, p.19). A autora esclarece que o desenvolvimento tardio das indústrias têxteis no Brasil se deve ao Alvará de D. Maria I, em 1785, “que isentou exclusivamente a produção de tecidos ordinários de algodão que fossem usados para vestir os negros ou ensacar mercadorias, pois era predominante a ideia de que a força de trabalho devia ser usada exclusivamente no campo, e o trabalho artesanal representava um desvio”(JESUS, 2011, p.19).

Thayse de Jesus, em sua pesquisa, salienta que a “Bahia foi o primeiro e mais importante centro dessa indústria até a década de 1860” com a instalação de “duas pequenas fábricas” na década de 1830 e de uma “terceira fábrica, a Todos os Santos, que durante muito tempo foi a maior tecelagem de algodão do país” (JESUS, 2011, p.20). A autora informa ainda que a Bahia em 1860 possuía seis fábricas têxteis sendo que o Brasil, na época, possuía nove no país como um todo” (JESUS, 2011, p.20).

Ao fim do século XIX e início do XX, foram instaladas fábricas voltadas a produção têxtil na zona norte do território estabelecido como Aracaju (FRANÇA, 2005, p.55), sendo elas a Fábrica Sergipe Industrial e a Fábrica Confiança, impulsionando uma expansão urbana, principalmente pelo fato de que os operários e suas famílias ocuparam as vilas operárias no entorno imediato das Fábricas e áreas adjacentes. Stanley Stein discorre acerca do desenvolvimento industrial no Brasil:

O ‘movimento progressivo’ da indústria foi constante graças ao tipo de tecido produzido pelas primeiras fábricas têxteis. Com efeito, elas aprovizionaram o maior mercado disponível na economia de um país subdesenvolvido do século XIX: roupas para os trabalhadores, escravos e livres, da cidade e do campo; panos para ensacar açúcar e, particularmente, o café exportado em quantidade cada vez maior. O produto não requeria trabalhadores especializados, as máquinas eram as mais simples e o mercado, relativamente seguro. A fabricação de tecidos grossos de algodão serviu como aprendizado para as primeiras indústrias (STANLEY, 1979, p.38).

A fábrica Sergipe Industrial foi instalada na região da Massaranduba, em Aracaju, próxima ao centro e em frente ao rio Sergipe. De acordo com Frederico Romão, a fábrica era uma das maiores produtoras de tecidos de Sergipe. O autor afirma que ela foi fundada em 1882 com a firma Cruz & Cia, contando inicialmente com cerca de 170 operários e 60 teares e empregando homens, mulheres e crianças (ROMÃO, 2000, p. 51).

Entretanto, segundo Adailza Lima, “as atividades só tiveram início no dia 20 de abril de 1884, conforme consta em anúncios de jornais da época” (LIMA, 1998). Lima informa que em 1903, o Coronel Augusto Ferraz entrou como sócio da empresa que mudou a nomenclatura para Cruz Ferraz & Cia, permanecendo a denominação 1927, quando faleceu Thales Ferraz, filho do coronel Augusto Ferraz e diretor da fábrica entre os anos de 1906 a 1927 (LIMA, 1998). Após o ocorrido, a fábrica voltou a firma de origem, Cruz & Cia. Vale ressaltar que, era muito comum no final do século XIX e início do século XX as indústrias têxteis serem formadas por sócios sendo o nome da firma composto pelo sobrenome dos mesmos.

De acordo com o Instituto Euvaldo Lodi, sobre a indústria sergipana, “nos primeiros anos de atividade a fábrica empregou 170 operários e possuía 60 teares em movimento” informando que a Fábrica Sergipe Industrial “no início do século XX ela funcionava com 156 teares além de possuir máquinas para engomar, dobrar, coser sacos, fazer cordão e novelos” (IEL, 1986). Regina Calazans informa que, em 1958, “a fábrica foi adquirida por Augusto do Prado Franco, época em que foi transformada em sociedade anônima e passou a adotar a seguinte razão social: Sergipe Industrial S/A” (CALAZANS, 2013). Desde o início de suas operações os operários moravam perto da fábrica, sobre o assunto Regina Calazans informa que:

A Sergipe Industrial construiu sua vila operária para, entre outros interesses, facilitar o acesso do trabalhador à fábrica. Do mesmo modo, ela conseguiu, junto ao poder público, a abertura de novas ruas no bairro ‘Industrial’.
(Regina Calazans, 2013, p. 34)

Além das fontes impressas e orais que esclarecem o desenvolvimento das indústrias e conseqüentemente do bairro Industrial em Aracaju, “Os Corumbas”, romance escrito por Amando Fontes, é uma importante fonte sobre os operários. Fontes descreve o deslocamento de sertanejos do interior do estado em busca de novas oportunidades a partir de

uma família de retirantes que fugindo da seca do sertão e das precárias condições de vida na roça se arriscam a ir para a Capital Sergipana.

Enquanto a trama se dá, é possível captar elementos que caracterizavam uma leitura geral dos costumes das famílias mais humildes do Estado. Amando Fontes inicia seu texto apresentando Geraldo e posteriormente Josefa, casal que se destacam na trama, descreve-os de maneira que evidencia questões relacionadas a miscigenação no estado, o que contribui mais a frente para o entendimento de diversas questões que envolvem a constituição do bairro até hoje. Ao passo que esses mesmos personagens se conhecem, vão sendo apresentados outros elementos que envolvem crenças, costumes e até um perfil de vestimenta comum à época para aqueles que pertenciam as mesmas condições sociais.

No romance de Fontes são trazidos também detalhes tipicamente sergipanos, como os folguedos envolvendo os bacamartes, além da breve citação de passagens por cidades sergipanas (Itabaiana e Lagarto). Enquanto ocorre uma procissão, vinculada a São José (Santo tido como padroeiro dos proletários), é evidenciado um personagem, que de forma curiosa é apresentado como um preto velho, despertando a probabilidade de entendê-lo como um sujeito de passagem no cotidiano, ou como um traço relacionado ao sincretismo presente nessas manifestações religiosas.

Seguindo desses acontecimentos, tendo como objetivo fugir dos problemas financeiros que assolavam as vidas dos personagens, é que a família Corumba decide mudar-se para Aracaju, alguns dos detalhes trazidos por Fontes é justamente um dos apontados por Vera Lúcia França e Chou, tratando sobre a infraestrutura precária da cidade.

Logo depois de se instalarem, um dos filhos do casal começa a trabalhar em uma linha ferroviária, o que denota a importância desse meio de locomoção em Aracaju naquele momento, fato que consideramos também influenciar no crescimento da ocupação do Bairro industrial. Por isso, recorremos a produção de André Luiz Sá de Jesus, dissertação que intitula-se *Uma história da primeira estação ferroviária de Aracaju (1910 -1976)*, que ao tratar sobre o tema demonstra a proximidade que se encontrava a estação ferroviária da Fábrica Sergipe Industrial, possibilitando o escoamento da produção além da importância que a mesma tinha no cotidiano de trabalho para os aracajuanos no início do século XX.

Figura 03: Vista da Fábrica Sergipe Industrial³

As filhas mais velhas do casal do romance também são inseridas no labor, Amando Fontes trata de como as mulheres faziam parte do quadro majoritário dos funcionários das fábricas têxteis, fato pesquisado por Regina Calazans em sua monografia *Arqueologia, gênero e memória do trabalho: as operárias têxteis da fábrica da Sergipe Industrial, Aracaju, séculos XIX-XX* (2013). É perceptível, através da monografia de Calazans o quanto o romance se aproxima do cotidiano do bairro Industrial no início do século XX.

No romance *Os Corumbas*, a pobreza, os costumes domésticos e as condições de vida simples são ressaltadas a partir do cotidiano do trabalho, além das relações de poder exercidas conforme os postos que cada funcionário da fábrica desempenhava – que pertenciam a uma classe econômica que durante muito tempo e até hoje a história oficial se renegou a contar. Muito do que é descrito na trama evidencia elementos passíveis de serem investigados. A obra ficcional aponta caminhos para a compreensão do trabalho na Fábrica Sergipe Industrial, a origem dos operários e suas condições de trabalho.

³ Fonte: Fundação Biblioteca Nacional Digital (FBN Digital), disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1104437.jpg, acesso em: 09 fev 2019. Imagem editada

A obra literária *Os Corumbas* colabora para um entendimento regional do fluxo migratório de pessoas do campo para Aracaju a fim de trabalharem e residirem no bairro Industrial. O romance evidencia a expansão da cidade de Aracaju para a zona norte através do assentamento de pessoas humildes que buscavam emprego nas fábricas, ou seja, o advento da indústria como potencializador de suas expansões.

A intenção de dispor de fontes históricas e literárias para tratar da formação do bairro Industrial permite o conhecimento da história do local e como os fatos foram compreendidos ao longo dos anos. A obra *Os Corumbas* humaniza os operários que em diversas pesquisas históricas aparecem apenas como um dado quantitativo da instalação de indústrias têxteis na região.

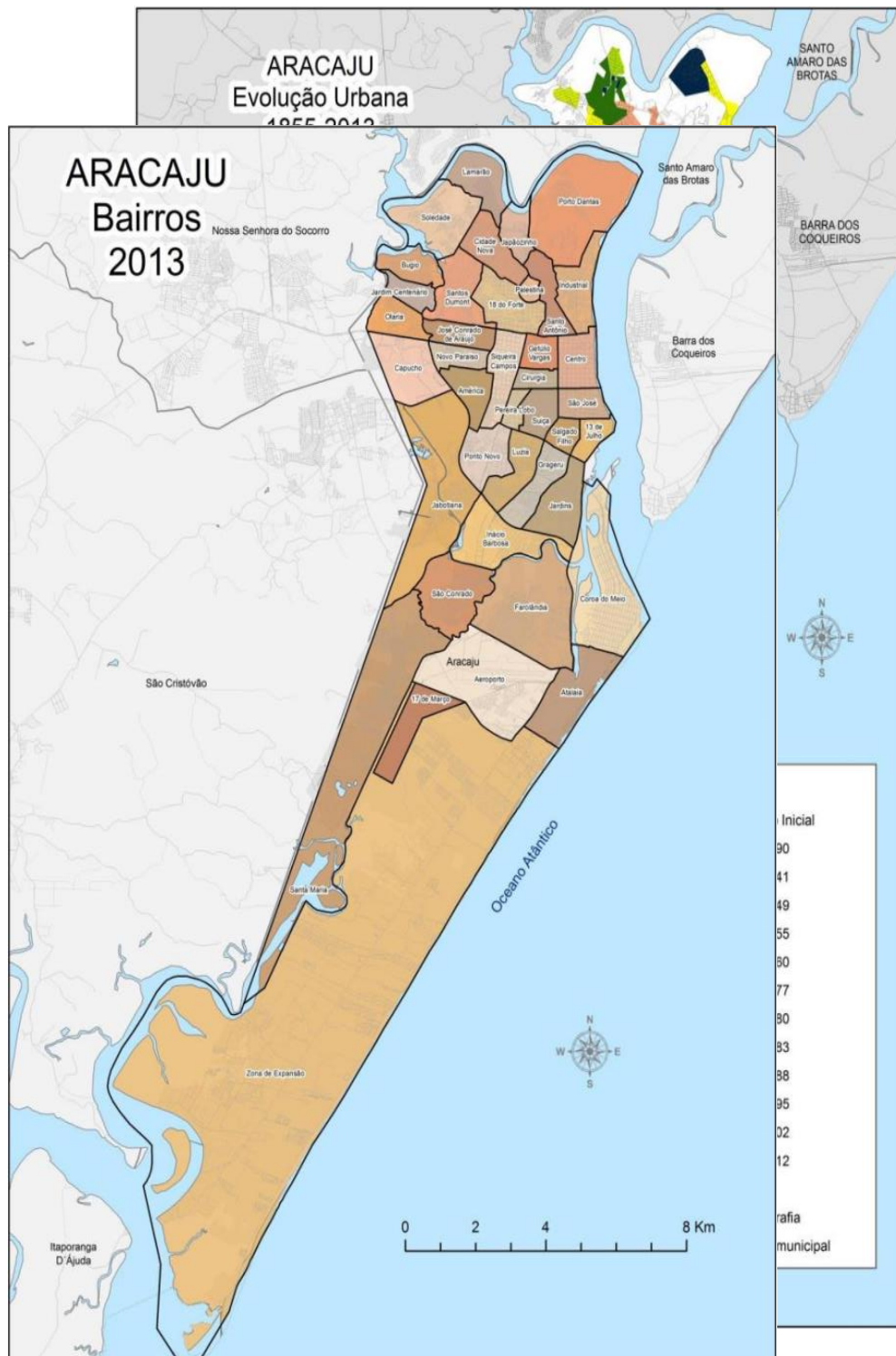
O primeiro mapa (fig. 04) apresenta em cores a evolução da ocupação urbana de Aracaju, sendo o núcleo de origem da cidade um espaço bem reduzido. A região do bairro Industrial faz parte da segunda e terceira expansão territorial da cidade, entretanto, ocupada deste o século XIX por populares e fábricas. A região que era considerada distante das residências da elite sergipana – que moravam no centro da cidade – na atualidade é considerada o centro da cidade. A localização do bairro Industrial também era estratégica, pois estava às margens do rio Sergipe, permitindo o escoamento da produção.

O mapa seguinte (Fig. 05) trata das demarcações de cada bairro, demonstrando os limites de cada um deles, para assim possibilitar ao leitor a identificação de cada localidade que foi disposta no mapa anterior, se fazendo necessário reconhecer a distribuição dos índices de ocupação urbana em cada uma dessas regiões.

A importância de colocá-los sequenciados se faz no sentido de que um possa dar suporte ao outro quando consultados para esclarecimento do conteúdo trabalhado acerca da evolução urbana de Aracaju entre os anos de 1855 a 2013. Ambos os mapas têm a possibilidade de demonstrar mais ou menos um panorama geral do período que tratamos da formação de Aracaju antes e depois da formação do bairro Industrial, destacando a importância que o mesmo teve para o comércio e desenvolvimento de diversas atividades desenvolvidas entre o centro da cidade e seus arredores.

Figura 04⁴: Mapa da ocupação urbana

⁴ Mapa da evolução Urbana de Aracaju (1855-2013) Fonte MPA/SEPLOG, 2014(a)



3.CAPELA SÃO JOÃO BATISTA: PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

A Fábrica Sergipe Industrial (SISA), situada no espaço urbano que conhecemos atualmente como Bairro Industrial, anterior Chica Chaves, foi parte de um conjunto arquitetônico que deu lugar a uma série de espaços implantados por Thales Ferraz, então diretor da Fábrica, no início do século XX. Segundo Regina Calazans, esse conjunto chegou a comportar “o Parque Sergipe Industrial [que] contava com campos de futebol, quadras de esportes, creche, escola, igreja e loja de mantimentos, dentre outras instalações” (CALAZANS, 2013, p.08). Todos estes serviços próximos a fábrica são elementos que podem ser entendidos como artifícios que trariam a seguridade de um não deslocamento dos funcionários para outros ambientes, podendo ser um sinônimo de comodidade, assim como uma maneira de restringir a circulação dos trabalhadores às redomas do espaço de trabalho.

As atividades centradas nesse ambiente, para além do ofício, teriam a intenção de proporcionar lazer, educação e religiosidade. Numa leitura mais ampla, também poderiam significar uma maneira de controle das atividades produtivas, seja por vias de um contentamento generalizado com o que era oferecido ou pelo temor da perda das condições mínimas, mas ainda importantes para manutenção das vidas dos trabalhadores.

É importante considerar, conforme observa Ibarê Dantas, que o ensino noturno que funcionava inicialmente no centro operário, foi inserido afim de possibilitar aos filhos do operariado condições de estudo, já que se encontravam pelo dia trabalhando para contribuir com a renda familiar, tendo como motivação os baixos salários que eram recebidos (DANTAS, 2016, p. 56). Tal medida pode ser considerada como compensatória.

Quanto ao quesito lazer, além das atividades gerais, um dos resultados mais reconhecidos é a influência na fundação dos times advindos da Fábricas Sergipe Industrial e da Fábrica Confiança que passavam a disputar não só pela produção, mas também nos campos de futebol, rivalidade que toma espaço até os dias atuais.

Partindo para a atmosfera religiosa, Ibarê Dantas identifica que em uma das publicações do jornal “O operário” de 1910-1911, quando os editores manifestavam suas ideias, embora não tivessem afinidades, reconheciam a quantidade de leitores/trabalhadores e demais sujeitos que congregavam da fé cristã, fato que deveria ser considerado uma vez que este buscava representar esses sujeitos. Isso ressalta um pouco do papel que desempenhou a Capela São João Batista na vida dos trabalhadores (DANTAS, 2016, p.51).

Diante das características abordadas do complexo industrial do bairro que recebe o mesmo nome, neste momento analisaremos aspectos mais recentes que envolvem a desativação da Fábrica Sergipe Industrial, a venda do terreno, a demolição, a construção de um novo empreendimento econômico caracterizado pela gentrificação e o processo de luta pela não demolição da capela. Na figura 06 é possível visualizar a existência ainda do complexo da Fábrica Sergipe Industrial.

Figura 06⁶: Fotografia aérea da Fábrica Sergipe Industrial em 2011



3.1 Motivações para a desativação da Fábrica e estratégias de combate a destruição:

De acordo com Regina Calazans, a Fábrica Sergipe Industrial teria sido desativada, segundo rumores, por não ter a estrutura necessária para comportar o maquinário que a produção têxtil naquele momento exigia (Calazans, Regina.2013, p.08), tendo alguns

^{6 6} Fonte: Google Maps- retirada por Regina Calazans

dos seus funcionários demitidos e outros redistribuídos para a Fábrica Nortista situada no Distrito Industrial (DIA), fábrica essa pertencente praticamente ao mesmo grupo de acionistas e herdeiros da fechada.

Também foi disponibilizado pelo canal de notícias *Infonet* uma matéria intitulada: *Trabalhadores são dispensados de Fábrica em Aracaju*, publicada em 04 de janeiro de 2012, que por meio de uma entrevista concedida pelo então presidente do Sinditêxtil, Giseldo Santos, contou que os trabalhadores vinham enfrentando um clima de demissões em massa e de transferências, justificadas por um processo de crise nas produções têxteis, não só em Sergipe como no Brasil, pelo fortalecimento da comercialização de produtos estrangeiros.

Com base na entrevista citada acima, datada do início de 2012, e relacionando-a com a contribuição de Calazans, é perceptível que esses problemas já vinham sendo enfrentados não só naquele momento, mas com o seu enraizamento em anos anteriores.

É interessante também ver a ligação desta com outra publicação disponível no mesmo canal de informações, publicada em 13 de novembro de 2011 e intitulada *Sergipe industrial pode ser Patrimônio em Sergipe*. Junto a um breve texto, é apresentado o conteúdo de uma petição elaborada com o propósito de reunir determinado número de assinaturas num abaixo-assinado, para ser efetuado o encaminhamento do pedido para os órgãos responsáveis pelo processo de tombamento do conjunto arquitetônico que a SISA fazia parte. Nele estavam contidos dados que buscavam explicar, através do histórico da própria fábrica, a importância que a mesma desempenhara para a história da cidade de Aracaju, ressaltando o espaço como cenário que motivou diversas produções científicas relacionadas ao contexto em que a Fábrica Sergipe Industrial estava inserida. A intencionalidade desta ação seria de sensibilizar o leitor para que este participasse do processo de patrimonialização.

O abaixo-assinado, para o tombamento da Fábrica Sergipe Industrial em Aracaju, foi endereçado ao Conselho de Cultura de Sergipe, ao IPHAN, ao Ministério Público, aos deputados estaduais, a Secretaria de Cultura de Sergipe e ao governador Marcelo Déda. É apresentado um longo texto, assinado por professores da UFS, com informações históricas, relação de pertencimento da comunidade e de produções acadêmicas relevantes a fim de justificar o tombamento. Segue o texto na íntegra:

Desde as últimas décadas do século XX o departamento de História e Ciências Sociais da UFS vem dando valiosa contribuição aos estudos sobre a memória e a História de empresários e trabalhadores. O professor mestre Ibarê Dantas, por exemplo citou as fábricas de tecidos e o movimento operário em diversos textos seus que tratam do Tenentismo e da revolta de

1930 em Sergipe. Um texto especial desse autor, publicado na revista do IHGS, aborda a primeira greve em Sergipe nas fábricas de tecidos; a professora Maria de Andrade das Graças (mais conhecida por Gracinha) publicou guias de estudos sobre os jornais operários e organizou trabalhos sobre a memória empresarial com outros professores do Departamento de História (sua parceira nesta luta foi a professora Dra. Terezinha Alves de Oliva que também destacou nos seu trabalhos os trabalhadores em Sergipe). O professor Dr. Antônio Lindvaldo Sousa - influenciado por estas professoras - defendeu duas monografias na mesma temática: “Disciplina e Resistência – cotidianos dos Operários têxteis em Aracaju (1910 a 1930)” e “Em Nome do Progresso e da Liberdade: ordem e rebeldia no incipiente processo urbano industrial de Aracaju nas primeiras décadas do século XX”. Recentemente este mesmo professor destacou a importância das fábricas no processo de modernização de Aracaju e do movimento operários das primeiras décadas do século XX no seu livro de Temas de História de Sergipe II publicado pelo CESAD (2010). Na sequência dessa produção não podemos deixar de citar um valioso romance conhecido por diversos pesquisadores e alunos de História e áreas afins: Os Corumbas de Amando Fontes. Idem outros textos de pesquisadores e jornalistas na internet. A exemplo dos artigos de Luiz Antônio Barreto que destacam o papel também do empresário Thales Ferraz como um dos homens mais ilustres de Sergipe. Todos esses autores têm contribuído para enriquecer o conteúdo das aulas de História de Sergipe na disciplina Temas de História de Sergipe II ministrada pelo professor Antônio. Aulas dadas em sala de aula, no bairro industrial e no interior das fábricas quando é autorizada a entrada; uma dessas aulas ocorreu neste último sábado, dia 05 de novembro de 2011, com alunos do curso de História da Universidade Federal de Sergipe, ex-alunos e comunidade em geral. Corria a informação, em meio à preparação dessa aula, que a fábrica foi vendida e a mesma viria a ser um conjunto habitacional ou um supermercado. Independente de que a comprou e não entrando no mérito dessa questão, sentimo-nos preocupados com a possibilidade da mesma não mais existir e consequentemente um testemunho importante da história de Aracaju. Depois dessa aula pública, ocupamos as redes sociais da internet para conscientizar a sociedade sergipana da necessidade de conhecer um patrimônio de estimado valor social. Nessas redes sociais (especificamente o Facebook) surgiram várias discussões que nos estimularam a elaborar uma petição ao Conselho de Cultura de Sergipe. Some a isso, a tomada de posição dos alunos de Patrimônio Cultural, ministrada pelo Prof. Msc. Claudefranklin Monteiro Santos, que nas discussões sobre Patrimônio Cultural Sergipano entenderam ser a oportunidade importante e salutar para levar a cabo uma ação concreta em defesa dos bens culturais sergipanos. A fábrica de tecido Sergipe Industrial está entre os bens culturais que representam a memória e história de Aracaju. Tombar o mesmo é um ato de valorização da identidade aracajuana e sergipana, contribuindo para alicerçar a ideia de que existe história de Sergipe em Aracaju e não somente em São Cristóvão e Laranjeiras. Entendemos que a mesma precisa ser tombada pelos seguintes motivos:

- 1) Um dos grandes empresários de Sergipe, Thales Ferraz, a dirigiu por mais de uma década. Ela foi um espaço importante desses empreendedores pioneiros. Thales Ferraz, por exemplo, estudou engenharia têxtil na Inglaterra e inovou nessa fábrica em muitos aspectos. Um deles foi montar um parque de lazer em seu interior;

- 2) A história do esporte sergipano começou com as fábricas SI e Confiança;
- 3) As primeiras lutas dos operários foram nessa fábrica, lideradas pelo Centro Operário contendo jornais de boa circulação e bastante críticos como "O Operário" e "A Voz do Operário";
- 4) a SISA ajudou no processo de modernização de ARACAJU, contribuindo para expansão do bairro industrial e sua ligação com o Bairro Santo Antônio e o centro. O capital gerado de sua produção pagou impostos e ajudou em benfeitorias para a cidade. Neste sentido, solicitamos junto ao Conselho de Cultura o tombamento estadual da fábrica de Tecidos.

Aracaju, 10 de novembro de 2011.

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa Vice-Chefe do Departamento de História (DHI) Líder do Grupo de Pesquisa Culturas Identidades e Religiosidades (GPCIR-DHI/CNPq/UFS) Professor de Temas de História de Sergipe I e II
 Prof.Msc. Claudefranklin Monteiro Santos Professor do Departamento de História (DHI) Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Culturas Identidades e Religiosidades (GPCIR-DHI/CNPq/UFS) Professor de Patrimônio Cultural

Fonte: Petição pública, acesso em: 08 jan 2019⁷.

A fim de conhecer de maneira mais profunda as razões do abaixo-assinado, procuramos o professor Dr. Antônio Lindvaldo que se dispôs a ceder informações sobre quais foram as motivações para, junto com seu colega de trabalho, ter produzido o abaixo-assinado. Em entrevista concedida em 08 de fevereiro de 2019, quando lhe foi perguntado sobre a relação que tinha com o espaço, o mesmo fala sobre as produções que construiu ao longo de sua carreira acadêmica e como trabalha visitando os espaços significativos para o entendimento do assunto das disciplinas Temas da História de Sergipe, que junto ao professor Claudefranklin Monteiro, até então responsável por lecionar a disciplina de patrimônio cultural, tomou a decisão de realizar um abaixo-assinado para combater um processo do qual ele foi informado que aconteceria.

Abaixo segue a transcrição da entrevista com a explanação dos motivos elencados pelo professor Antônio Lindvaldo Sousa. Perguntado sobre a motivação ou “estopim” informou que:

[...]comecei a sentir a necessidade de transformar aquilo como um patrimônio a partir da última viagem que eu fiz como estudo, ou seja, de uma visita guiada às fábricas com uma turma de história de Sergipe. A gente sempre faz os ciclos de estudos visitando lugares históricos e ali era um lugar da história de Aracaju, dos arrabaldes, das fábricas e do futebol; e a

⁷Disponível em:

https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2011N16401&fbclid=IwAR3kFefRJZLfDHnQld9-gWtRU6wtSVmm8AQQTdgPNavy_e90IDRB8ocrE

gente incluiu isso (Antônio Lindvaldo Sousa, entrevista concedida em 08/02/2019).

Em seguida, Antônio Lindvaldo Sousa enfatizou que foi informado sobre a venda da fábrica pelos próprios moradores que participavam da aula no espaço:

Quando nós chegamos lá, os próprios moradores nos disseram que a fábrica ia ser vendida e pediram silêncio pra gente. Eles estavam inconformados com a situação de que a fábrica ia ser despejada, ia ser vendida e não se sabia o que era. E aí, eu tive acesso ao interior da fábrica, que a gente não tinha. Os trabalhadores permitiram até fotografar e aí eu percorri tudo, fotografei e vi toda a fábrica, vi a capela com um piano que tinha... Tudo. Os alunos ficaram revoltados com a própria situação. Diante de que havia uma necessidade de ter esse lugar como um lugar histórico pra entender uma parte da história de Aracaju, que era do séc. XIX, me inquietou muito. Eu também porque eu conheço, principalmente em São Paulo, as fábricas que viram centros culturais, e nesses centros culturais tem lugares pra shows, exposições, lugares que podem aproveitar de tudo. Então, eu tive a ideia de ali ser um centro cultural. Para não chocar quem era da própria elite, pra não ser só o movimento operário, história dos trabalhadores das fábricas, também seria a história dos empresários, entraria o Thales Ferraz, o Cruz e entraria também a história do futebol, do Sergipe Industrial e do Confiança (Antônio Lindvaldo Sousa, entrevista concedida em 08/02/2019).

O professor Antônio Sousa relata que foi utilizado as redes sociais inicialmente para iniciar a movimentação popular em prol do tombamento do patrimônio e posteriormente a busca dos meios legais e das autoridades competentes para proteger a fábrica:

E com isso, nós usamos as redes sociais, um abaixo assinado que tinha, e de repente ganhou uma proporção muito grande porque tinha respaldando esse apoio artistas, intelectuais, estudantes, professores... Todo mundo ficou indignado com essa situação porque ali seria vendido e não seria transformado em nada. Uma aluna que trabalhava como secretária do médico da fábrica me confirmou que de fato era e me contou detalhes. Urgentemente, a gente fez a petição para ser tombado. Só que o médico descobriu isso, porque ganhou uma proporção tão grande, e veio me desafiar aqui. Chegou a me ameaçar, dizendo pra eu tirar essa petição porque ninguém sabia, estava no silêncio. Eu respondi: "olha, não sou servidor do Estado, não sou seu empregado, sou professor universitário e não vou tirar". Só que as forças contrárias foram muito grandes e o que sobrou de preservação só foi a capela. Tudo bem, concordo que a capela deveria ser tombada, mas, a fábrica em si, mesmo com todas as reformas que ela tem, ela simbolizava um lugar da memória do operário, memória do futebol, memória do bairro e memória de Aracaju. Quiçá, até como patrimônio nacional porque Aracaju é uma cidade planejada e entra no hall de cidades brasileiras que, no século XIX, foram projetadas. Então, até isso se justificava dentro de um tombamento. Se hoje eu fosse refazer, eu ficava mais ainda. Eu participei de um projeto de tombamento de Aracaju pelo IPHAN, pra reconhecer a cidade como um patrimônio a partir da importância dessa construção dessa cidade como cidade planejada. Então, o

que aconteceu: nós levamos lá essa petição. Todo mundo sabia que, no conselho, muita gente era a favor. Mas, no conselho, tem muita gente que acaba não tocando pra frente. E ficou no silêncio. Que eu sabia, quem na verdade deveria ter colocado o dedo e prosseguir, era também o governador, o Marcelo Déda. A primeira administração dele foi muito boa, mas a segunda não foi. Ele deveria ter assumido e me parece que ele lavou as mãos sobre isso. Outras pessoas me disseram que ele nem soube disso. Eu não posso acusá-lo, mas, foi no período dele que deveria ter sido tombado, ou qualquer autoridade que estivesse no poder no momento (Antônio Lindvaldo Sousa, entrevista concedida em 08/02/2019).

Despertado para quão próximo estaria a perda daquele patrimônio, o professor Antônio Lindvaldo Sousa narrou na entrevista um longo percurso até que essa movimentação pudesse render frutos, sendo que como contrapartida à destruição, ocorreu o desejo de patrimonialização, juntamente com a perspectiva de musealização, pretensão que surge como instrumento de ressignificação do espaço, numa tentativa de representar um todo, tanto trabalhadores quanto seus patrões, além das demais questões que estiveram seu começo a partir das relações que se davam na Fábrica Sergipe Industrial.

A partir das informações coletadas, observamos se em determinado momento os proprietários da SISA se encontravam diminuindo o funcionamento da Fábrica por diferentes motivações, levantando-se o questionamento se dentre as motivações deles estava a especulação imobiliária. É possível constatar que, muito provavelmente, esse processo de desativação foi acelerado para impedir que o pedido de patrimonialização tramitasse em tempo hábil de frustrar as expectativas de destruição da SISA, já que ameaçar não teria sido suficiente. Além disso, nota-se muito das práticas coronelistas propagadas em Sergipe ainda hoje por grupos abastados que sempre se mantiveram sobre o poder das estruturas do estado, controlando questões em benefício próprio, sendo a única lógica a ser preservada para estes aquela que tivesse em essência o lucro. São inúmeros os imóveis da cidade que foram dizimados por causa da probabilidade de se tornarem patrimônio.

Tanto Regina Calazans em sua monografia quanto os editores do noticiário infonet demonstraram por meio de fotografias no ano de 2013, o avançado processo de desmonte do conjunto arquitetônico da fábrica, principalmente nas casas de vila operária que se encontravam na travessa Belém, a qual perdeu parte de sua extensão para os muros da construção do shopping Aracaju Parque Center. É tratado também pelo Canal de informações na matéria *Bairro Industrial deve receber shopping até 2014*, de 20 de setembro de 2013, que

o shopping teria no seguinte ano sua inauguração já aguardada. Na figura 07 é possível visualizar a imagem da maquete do empreendimento que ainda não foi inaugurado.

Ao consultar o arquivo da Secretaria do Estado de Sergipe (SECULT) foram encontrados documentos referentes ao conselho formado para debater o pedido de tombamento da Fábrica Sergipe Industrial, constando neles dados que vão de 2011 a 2015 e demonstram que, no tramitar da patrimonialização, o passar do tempo torna a existência da Fábrica, assim como outros espaços do complexo, cada vez mais difícil de ser garantida, independente dos agentes que estejam influenciando na degradação do bem.

Aos poucos, nos documentos, a SISA vai sendo substituída pela capela São João Batista, muito provavelmente porque, ao longo desse processo, ela já tinha deixado de existir. Em um dos documentos reunidos pelo Conselho Estadual de Cultura, consta em um dos encaminhamentos finais para a concretização dos debates que vinham sendo promovidos, uma vez que, muitos dos conselheiros já tinham se manifestado favoráveis a elevação da capela ao status de Patrimônio. Foi dada a possibilidade do próprio Marcos Leite Franco Sobrinho, então diretor da SISA, de recorrer da decisão, além de ter a possibilidade de contribuir com um tombamento voluntário do espaço ou compulsório a partir da ausência de retorno sobre o referido assunto dentro do prazo de 30 dias após o recebimento do documento.

É possível observar que a maquete (Fig.07) não inclui a existência da Capela São João Batista em sua composição, representando que não estava nos planos dos responsáveis pelas obras preservar esse espaço.

Figura 07⁸: Maquete do Aracaju Parque Shopping Center



⁸ Fonte: Google Imagens- retirada por Regina Calazans em 2013

Figura 08⁹: Capela São João Batista



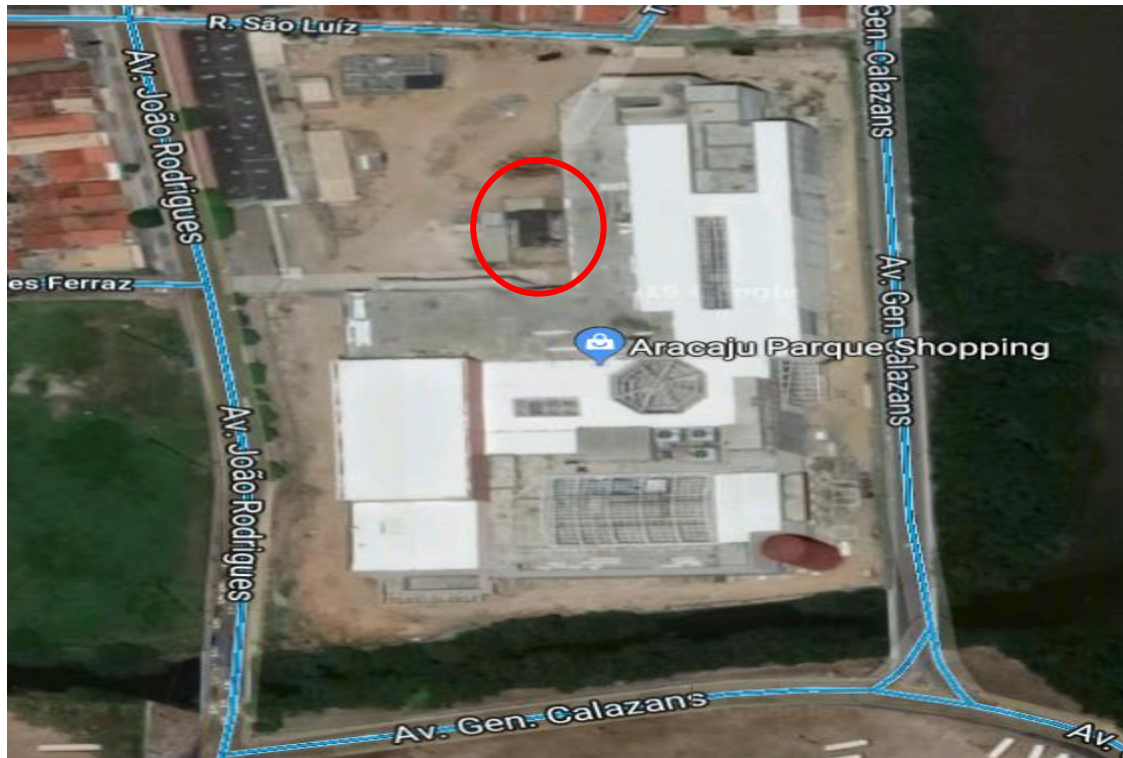
No dia 05 de agosto de 2015, é estabelecido a partir do decreto nº 574/2015 assinado por Belivaldo Chagas e encaminhado para a Secretária Municipal de Governo (SEGOV) o tombamento da Capela São João Batista como Patrimônio Cultural de Sergipe.

O que já não era mais conjunto, passa a ser vestígio do que um dia fez parte da história da indústria em Sergipe e da formação do bairro Industrial. O tombamento da capela (fig.8) foi fruto do esforço de quem se movimentou em prol da salvaguarda do espaço, pois se não houvessem esses esforços para reverter a situação que estava sendo imposta, provavelmente nem mesmo a Capela teria resistido ao processo de remodelação do espaço da antiga fábrica. Por isso se faz preciso entender que a patrimonialização de um bem está mais para o início do acúmulo de práticas relacionadas à memória do que um fim em si mesmo, é necessário dar uma utilidade para a simbologia que está atrelada a ele, sendo necessário entender a ressignificação desses espaços para a população, entender a identidades das pessoas no entorno e o contexto que no momento esse lugar se faz presente.

⁹ Fonte: infonet, disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/economia/bairro-industrial-deve-receber-shopping-ate-2014/>)

3.2. Processo de recomposição: Capela São João Batista sendo incorporada a um novo contexto.

Figura 09: Área do Aracaju Parque Shopping, imagem de satélite¹⁰



A capela São João Batista (fig. 8) é um edifício eclético com características de elementos neogóticos, com sua construção enquadrada entre o final do século XIX início do XX. Atualmente é integrante do empreendimento do Aracaju Parque Shopping de acordo com imagens disponibilizadas pela construtora responsável pelo projeto (fig. 9). A primeira problemática se faz presente pelos diferentes contextos em que as duas edificações estão inseridas é pensar como foi proposto a integração da capela ao projeto do shopping? Como a população vê esse ambiente? Ou como a população irá utilizar o templo religioso? Com base nessas e em outras perguntas é que se fez uma aplicação de questionários, de caráter qualitativo, que possibilitasse um grau de entendimento sobre em quais circunstâncias o uso da capela será realizado.

¹⁰ Fonte: Google maps (2019)

As entrevistas foram realizadas com moradores que identificaram a localidade de suas residências sendo na rua e travessa Belém, avenida Calazans, Vila Poesia, travessa São Luís ou simplesmente o Bairro Industrial no entorno da antiga fábrica. Buscamos como recorte aplicar os questionários com personagens que trabalharam na Fábrica Sergipe Industrial ou tiveram algum familiar que assim o fez e residiu no entorno. Foram aplicados cerca de 20 questionários contendo em cada um deles 7 perguntas (além dos dados referentes as informações pessoais), com o intuito de identificar quais entendimentos são dispostos a partir da palavra patrimônio e as relações a ele atreladas por parte dessa pequena parcela de indivíduos.

Para perceber o nível de pertencimento destes, as aspirações e desejos, foram efetuadas perguntas que diziam respeito ao número de familiares que trabalharam na Fábrica (para permitir um mapeamento de quantas gerações vinham essa influencia), as motivações para residirem no entorno, quais compreensões eles tinham sobre o que era patrimônio e vínculos exercidos com a Capela São João Batista.

As opiniões sobre questões que “determinavam” o ser (essência) do Patrimônio, convergiam em um só sentido: Histórico, trazendo como referência, as edificações de São Cristóvão e Laranjeiras.

Perguntados sobre se tinham relação de uso com a capela, alguns dos sujeitos diziam que a mesma estava a serviço de quem trabalhava na Fábrica como também para as demais pessoas da comunidade, além de demonstrar ter um vínculo afetivo, principalmente por terem memórias das missas que frequentavam aos domingos pela manhã ou até em relação as suas próprias cerimônias de casamento que aconteceram nela, deles e de seus amigos, enquanto outros afirmavam não a frequentar, além de citar que durante muito tempo enxergavam-na como um ambiente restrito a família proprietária.

Por mais que tivessem posições diferentes boa parte deles ressaltaram que não desejavam a demolição da Fábrica, principalmente pela história que a envolvia, embora não trouxessem como alternativa um processo de musealização com a criação de um espaço cultural.

Questionados sobre suas preferencias em relação ao que deveria ser feito, tiveram aqueles que destacaram que nenhuma atitude de contraposição efetiva poderia ser tomada por se tratar de uma empresa privada, o que fazia com que só restasse a condição de se

contentar com o que havia restado enquanto outros se arriscavam a dizer que para eles a Fábrica era mais útil do que um shopping que há quase 06 anos encontra-se em construção.

Figura 10: Imagem ilustrativa do shopping que ainda se encontra em construção¹¹



Ao passo que as perguntas sobre a concepção do conjunto arquitetônico como patrimônio cultural eram realizadas se fazia perceptível maiores singularidades em respeito as opiniões, justamente pela compreensão de que algo “moderno” (que no caso seria a Fábrica) em um lato sensu não se encaixa no entendimento do que foi propagado como Patrimônio, questão que nos remete as ações do IPHAN em sua fase “heroica” ter sido um dos principais fatores para que a compreensão de patrimônio fosse limitada ao Patrimônio de pedra e cal materializados em edifícios de arquitetura colonial.

Outro apontamento interessante a se considerar está relacionado as críticas geradas por um dos entrevistados, que se atentando a palavra cultural seguindo de Patrimônio, afirmou que aquele ambiente não o pertencia e que cultural teria mais a ver com questões vinculadas ao povo, exemplificada nas manifestações culturais em Laranjeiras (utilização do

¹¹ Fonte Google Maps (2019)

cultural por vezes confundido como sinônimo de Patrimônio Imaterial), fixando que quando se tratava daquele espaço o patrimônio pertencia a família Franco e somente a ela.

A aplicação dos questionários pôde proporcionar informações que vão além do planejado e isso torna o acúmulo de dados para pesquisa ainda mais qualitativos, por isso a importância de ir a campo. Foi também possível conhecer de perto os descendentes das figuras que inspiraram *Os Corumbas* que Amando fontes um dia descreveu, conservando cada um deles suas próprias características, nomes e histórias.

Da estrutura da Fábrica Sergipe Industrial apenas restam as fotos, as lembranças de quem um dia trabalhou no local e a imortalização em um romance histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com base nas informações dispostas, o objetivo do presente trabalho foi demonstrar um pouco do quão complexo pode ser um processo de patrimonialização para além dos trâmites burocráticos, das potencialidades que estão agregadas ao resultado disso tudo, os conflitos de interesses eminentes e em como os resultados nem sempre são como o esperado.

A capela São João Batista representa uma parte de um todo que se perdeu no tempo e nas ambições de indivíduos que muitas vezes não carecem de edifícios próprios para preservar sua memória estando, seus nomes inscritos e espalhados por toda cidade: em bairros, escolas, praças, ruas, avenidas, hospitais... Pela influência que exerceram e os privilégios que o dinheiro pôde proporcionar.

A patrimonialização da fábrica poderia significar muitos aspectos positivos para o trabalho com a memória dos operários, o que não exclui a possibilidade de ser feito algo similar com a Capela, só que buscando maneiras diferentes de conceber o espaço museal que estas ações estariam inseridas.

Não basta só patrimonializar como se essa ação fosse autossuficiente, é necessário elaborar discursos que façam com que a população fortaleça seus elos com a identidade que aquele bem pode ser suporte, por isso a importância da musealização. O espaço da capela pode ser utilizado para contar um pouco da história dos operários sergipanos a partir de exposições com alguns objetos cedidos e seminários.

A musealização pode ser um instrumento em benefício da população, principalmente quando construída por ela, participação que se faz como questão crucial para a manutenção do espaço e das práticas disseminadas a partir dele.

E se daquele espaço não sobrasse nenhuma edificação? Ainda assim poderiam ser pensados métodos de musealização, desde que a população assim o desejasse, a história do bairro Industrial que estava inserida na Fábrica, na igreja e permanece nas ruas do bairro Industrial, as pessoas são o principal artifício mantenedor dela.

O shopping se faz um dos elementos que fomentam problemáticas em meio a isso pela especulação imobiliária que o mesmo pode proporcionar, impulsionando modificações no bairro a ponto de evacuar assim como fez em uma parte da travessa Belém as pessoas que ali residiam em benefício de questões estruturais, mas que futuramente pode estar atrelado também ao comercial, principalmente pelo perfil de público que o shopping visa atender, este acaba por afastar as pessoas desse lugar que lhe pertenceu material e simbolicamente.

Teríamos como proposta a ser desenvolvida para dar mais consistência as narrativas elaboradas a partir da igreja sobre o bairro e relações com o trabalho, a possibilidade da elaboração de um museu de percurso, por ser uma tipologia autossustentável que poderia ter benefícios para a população desde que fosse pensado junto dela para fortalecer o comércio local na perspectiva econômica até no desenvolvimento de laços mais profundos com a identidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALAZANS, Regina. **Arqueologia, gênero e memória do trabalho: as operárias têxteis da Fábrica da Sergipe Industrial, Aracaju, séculos XIX-XX**, (Monografia) Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras. 2013

CARTA DE ATENAS. Assembleia do CIAM- – 1933

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**, 4ª Ed. São Paulo - editora Estação liberdade: UNESP, 2006.

CHOU, José Walter, **Aracaju: imagem, memória e apropriação**, 2005, (p.53)

CRUZ, R. C. A. **“PATRIMONIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO”: ENSAIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TURISMO, “PATRIMÔNIO CULTURAL” E PRODUÇÃO DO ESPAÇO**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, 2012

DANTAS, Ibarê, **Imprensa operária em Sergipe, (1981-1930)** 1ª Ed– Aracaju: editora criação, 2016

DESVALLÉES & MAIRESSE, **Conceitos-Chave da museologia** – São Paulo, ICOM- 2013

DINIZ, Dora Neuza Leal. **Aracaju: A construção da Imagem da Cidade** (Dissertação) – Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 3ª Ed. São Cristóvão: UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

IEL. **Memória Histórica da Indústria Sergipana**. Instituto Euvaldo Lodi: IEL\SEANAI – Dn, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliações, 1986.

JESUS, Priscila Maria de. **Uma reflexão sobre o processo de musealização: o patrimônio imaterial nos espaços museais**. Cadernos de Sociomuseologia– 4 - (vol 48) 2014

JESUS, Thayse Freitas Xavier de. **Determinantes da competitividade e estratégias empresariais: uma análise da evolução da indústria têxtil no Brasil a partir da Companhia Valença Industrial**. (monografia). Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, 2011.

LIMA, Adailza. **Atitudes e Percepções da População Diante do Industrial Thales Ferraz (1906-1927)**. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 1998

MAGALHÃES, Aline, **A Inspetoria de Monumentos Nacionais do Museu Histórico Nacional e a proteção de monumentos em Ouro Preto (1934-1937)**. ANAIS DO MUSEU PAULISTA- São Paulo, Nova Série, vol. 25, nº3, p. 233-290, 2017

MAGALHÃES, Aloísio, **Projeção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**, Brasília. Secretaria do Patrimônio histórico e Artístico Nacional, Instituto pró-memória, 1980.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na trama da história: O movimento operário de Sergipe – 1871 a 1935**. Aracaju: Gráfica J. Andrade Ltda. 2000.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

DECRETO-LEI 25, 30 DE NOVEMBRO DE 1937, (acesso em: 15 mar, 2019) disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (FBN Digital), (acesso em 07 fev 2019, disponível em:http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309877/icon1104437.jpg>, acesso em: 09 fev 2019.Imagem editada)

INFONET: **Bairro Industrial deve receber shopping até 2014**, (acesso em: 10 jan 2019, disponível em:<https://infonet.com.br/noticias/economia/bairro-industrial-deve-receber-shopping-ate-2014/>)


INFONET: **Trabalhadores são dispensados de Fábrica em Aracaju** (Acesso em: 10 jan 2019, disponível em:<https://infonet.com.br/noticias/economia/trabalhadores-sao-dispensados-de-fabrica-em-aracaju/>)

INFONET: **Sergipe industrial pode ser Patrimônio em Sergipe**, (acesso em 03 jan 2019 disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/sergipe-industrial-pode-ser-patrimonio-de-sergipe/>)


PETIÇÃO PÚBLICA, 2011. (Acesso em 08 fev 2019, disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2011N16401>)

REVISTA DE ARACAJU nº2, 1944. (Acesso em: 09 fev 2019, disponível em:<http://aracajuantigga.blogspot.com/2010/03/aracaju-155-anos.html>)

Anexo 01:



[Petição Pública Brasil](#)
[Criar Abaixo-assinado](#)
[Login ou Registrar](#)


 Apoie este Abaixo-Assinado. Assine e divulgue. O seu apoio é muito importante.

Abaixo-assinado Tombamento da fábrica Sergipe Industrial em Aracaju-Se (Brasil)

Para: Ao conselho de Cultura de Sergipe; IPHAN seção Sergipe, Ministério público, Deputados Estaduais, Secretária de Cultura de Sergipe, governador Marcelo Deda

Desde as últimas décadas do século XX o departamento de História e Ciências Sociais da UFS vem dando valiosa contribuição aos estudos sobre a memória e a História de empresários e trabalhadores. O professor mestre Ibarê Dantas, por exemplo citou as fábricas de tecidos e o movimento operário em diversos textos seus que tratam do Tenentismo e da revolta de 1930 em Sergipe. Um texto especial desse autor, publicado na revista do IHGS, aborda a primeira greve em Sergipe nas fábricas de tecidos; a professora Maria de Andrade das Graças (mais conhecida por Gracinha) publicou guias de estudos sobre os jornais operários e organizou trabalhos sobre a memória empresarial com outros professores do Departamento de História (sua parceira nesta luta foi a professora Dra. Terezinha Alves de Oliveira que também destacou nos seu trabalhos os trabalhadores em Sergipe). O professor Dr. Antonio Lindvaldo Sousa - influenciado por estas professoras - defendeu duas monografias na mesma temática: "Disciplina e Resistência - cotidianos dos Operários têxteis em Aracaju (1910 a 1930)" e "Em Nome do Progresso e da Liberdade: ordem e rebeldia no incipiente processo urbano industrial de Aracaju nas primeiras décadas do século XX". Recentemente este mesmo professor destacou a importância das fábricas no processo de modernização de Aracaju e do movimento operários das primeiras décadas do século XX no seu livro de Temas de História de Sergipe II publicado pelo CESAD (2010). Na sequência dessa produção não podemos deixar de citar um valioso romance conhecido por diversos pesquisadores e alunos de História e áreas afins: Os Corumbas de Amando Fontes. Idem outros textos de pesquisadores e jornalistas na internet. A exemplo dos artigos de Luiz Antonio Barreto que destacam o papel também do empresário Thales Ferraz como um dos homens mais ilustres de Sergipe.

Todos esses autores têm contribuído para enriquecer o conteúdo das aulas de História de Sergipe na disciplina Temas de História de Sergipe II ministrada pelo professor Antonio. Aulas dadas em sala de aula, no bairro industrial e no interior das fábricas quando é autorizada a entrada; Uma dessas aulas ocorreu neste último sábado, dia 05 de novembro de 2011, com alunos do curso de História da Universidade Federal de Sergipe, ex-alunos e comunidade em geral. Corria a informação, em meio à preparação dessa aula, que a fábrica foi vendida e a mesma viria a ser um conjunto habitacional ou um supermercado. Independente de que a comprou e não entrou no mérito dessa questão, sentimo-nos preocupados com a possibilidade da mesma não mais existir e consequentemente um testemunho importante da história de Aracaju.

Depois dessa aula pública, ocupamos as redes sociais da internet para conscientizar a sociedade sergipana da necessidade de conhecer um patrimônio de estimado valor social. Nessas redes sociais (especificamente o Facebook) surgiram várias discussões que nos estimularam a elaborar uma petição ao Conselho de Cultura de Sergipe.

Some a isso, a tomada de posição dos alunos de Patrimônio Cultural, ministrada pelo Prof. Msc. Claudfranklin Monteiro Santos, que nas discussões sobre Patrimônio Cultural Sergipano entenderam ser a oportunidade importante e salutar para levar a cabo uma ação concreta em defesa dos bens culturais sergipanos.

A fábrica de tecido Sergipe Industrial está entre os bens culturais que representam a memória e história de Aracaju. Tombá-la é um ato de valorização da identidade aracajuana e sergipana, contribuindo para alicerçar a ideia de que existe história de Sergipe em Aracaju e não somente em São Cristóvão e Laranjeiras. Entendemos que a mesma precisa ser tombada pelos seguintes motivos:

- 1) um dos grandes empresários de Sergipe, Thales Ferraz, a dirigiu por mais de uma década. Ela foi um espaço importante desses empreendedores pioneiros. Thales Ferraz, por exemplo, estudou engenharia têxtil na Inglaterra e inovou nessa fábrica em muitos aspectos. Um deles foi montar um parque de lazer em seu interior;
- 2) a história do esporte sergipano começou com as fábricas SI e Conlança;
- 3) as primeiras lutas de operários foi nessa fábrica, lideradas pelo Centro Operário contendo jornais de boa circulação e bastante críticos como "O Operário" e "A Voz do Operário";
- 4) a SI ajudou no processo de modernização de ARACAJU, contribuindo para expansão do bairro industrial e sua ligação com o Bairro Santo Antônio e o centro. O capital gerado de sua produção pagou impostos e ajudou em melhorias para a cidade.

Neste sentido, solicitamos junto ao Conselho de Cultura o tombamento estadual da fábrica de Tecidos.

Aracaju, 10 de novembro de 2011.

prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa




Vice-Chefe do Departamento de História (DHI)
Líder do Grupo de Pesquisa Culturas Identidades e Religiosidades (GPCIR-DHI/Cnpq/UFS)
Professor de Temas de História de Sergipe I e II

Prof. Msc. Claudfranklin Monteiro Santos
Professor do Departamento de História (DHI)
Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Culturas Identidades e Religiosidades (GPCIR-DHI/Cnpq/UFS)
Professor de Patrimônio Cultural

Já Assinaram
449 PESSOAS


Assinar Petição

O seu apoio é muito importante. Apoie esta causa. Assine o Abaixo-Assinado.

Algumas razões para assinar.
 O que dizem os outros assinantes

Tem um blog ou site? Adicione este módulo. Participe na divulgação.

Abaixo-Assinado criado por:

[Contatar Autor](#)

Anexo 02:**Questionário:**

| | |
|---------------|--|
| Aluno (a) | Milena de Almeida Santos |
| Orientador(a) | Profª Msc. Sura Souza Carmo |
| Finalidade | Pesquisa de campo para Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPELA DE SÃO JOÃO BATISTA DO BAIRRO INDUSTRIAL EM ARACAJU-SE |

Os dados coletados serão utilizados apenas com fins acadêmicos podendo ser publicados e divulgados em eventos científicos.

Nome: _____

Sexo: Masculino () Feminino () Idade _____

Onde mora: _____

Profissão: _____

- 1- Você trabalhou na fábrica Sergipe Industrial? () sim () não
- 2- Outras gerações da sua família trabalharam na Fábrica Sergipe Industrial?
() sim () não
Se sim, quantas pessoas? _____
- 3- A capela São João Batista era utilizada pelas pessoas que não trabalhavam na Fábrica?
() sim () não
- 4- As motivações para residir no Bairro Industrial estavam vinculadas ao trabalho na Fábrica?
() sim () não
- 5- Você reconhece o conjunto arquitetônico das antigas indústrias do bairro industrial como Patrimônio cultural?
() sim () não
- 6- O que você considera Patrimônio?
- 7- Você considera a capela São João Batista um patrimônio? Por quê?